

AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: DO NEXO ESCRAVISTA À CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS¹

Analúcia Danilevicz Pereira²

Introdução

Após um longo período de afastamento, as relações do Brasil com o continente africano superaram a retórica e ganharam um novo impulso a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A atenção especial a essas relações reflete uma aspiração antiga do Brasil, mas que até então não havia sido levada adiante com determinação. Os laços históricos, a condição de país com grande população de afrodescendentes e o debate interno em torno da igualdade racial, estão presentes na visão brasileira sobre a necessidade de aproximação e cooperação. Embora a África seja um continente que apresenta índices alarmantes de pobreza, não é um continente estagnado. O dinamismo e o desenvolvimento de alternativas “africanas” para seus próprios problemas definem a postura de muitas de suas lideranças.

O discurso e a prática diplomática durante o governo Lula convergiram para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul. O governo Dilma Rousseff manteve o interesse nas relações com o continente, mas redefiniu esse eixo em termos de prioridade. Todavia, o continente africano representou uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos durante os anos 2000. O Presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, no primeiro mandato, realizaram várias visitas e estabeleceram inúmeros acordos com os diferentes países africanos. Em um pouco mais de dois anos de governo, foram quatro viagens ao continente que resultaram na visita a dezessete países. A aproximação com

¹ Trabalho apresentado no Congresso *India and its Diaspora Engagement: Comparative Global Practices*, Bangalore, Índia, 2017.

² Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: ana.danilevicz@ufrgs.br

o continente africano não visa a obtenção de resultados em curto prazo, ainda que, em termos econômicos a África represente um mercado importante.

Nesse sentido, apesar de fragilizada, a política africana do Brasil se apresenta dinâmica no plano diplomático, assumindo relevância especial quando são consideradas as ações brasileiras no continente africano. Entretanto, a dinâmica política, econômica e sociocultural de ambas as regiões, em distintos momentos históricos, travou ou impulsionou essa relação. Em diferentes períodos, as ações brasileiras resultaram de uma leitura equivocada das prioridades da política externa brasileira. Essas ações, que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais, bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral. Assim, cabe acompanhar a trajetória das relações entre o Brasil e a África.

Do nexu escravista ao afastamento

A História da África e a História do Brasil estão intimamente relacionadas, desde que os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul no século XVI. Com a chegada ao Brasil da primeira leva de escravos africanos, em 1533, acompanhando a construção do primeiro engenho na vila de São Vicente, inicia-se uma longa fase de íntima ligação, baseada principalmente no tráfico, que se estende até 1850, quando inicia seu declínio. Assim:

Tráfico de Escravos

Estimativas de Desembarque de Africanos no Brasil 1531 - 1780

Período	Estimativa de desembarque de africanos		% sobre o total de escravos desembarcados na América em cada século (1)
	No período	Média anual	
1531-1575	10,000	222	22
1576-1600	40,000	1,600	
1601-1625	100,000	4,000	
1626-1650	100,000	4,000	43
1651-1670	185,000	7,400	
1676-1700	175,000	7,000	
1701-1710	153,700	15,370	
1711-1720	139,000	13,900	
1721-1730	146,300	14,630	
1731-1740	166,100	16,610	30
1741-1750	185,100	18,510	
1751-1760	169,400	16,940	
1761-1770	164,600	16,460	
1771-1780	161,300	16,130	
Total	1,895,500	-	33

(1) Essa estimativa exclui os africanos embarcados com destino à Europa ou ilhas do Atlântico, cujo movimento só adquiriu importância no século XVI.

Fonte: Linhares, 1990.

Esse relacionamento não era de menor importância no plano global, pois, se no século XVII, o Atlântico Sul foi o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português; no século XVIII ele foi suplantado pelo Atlântico Norte, devido à projeção de potências como a França e a Inglaterra³. Apesar da percepção eurocêntrica da África como um continente esparsamente povoado e cultural e socialmente

³ Ver Rodrigues, José Honório. 1964. Brasil e África: outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed.

primitivo, formada a partir dos contatos que mercadores e funcionários coloniais europeus estabeleciam (frequentemente desinteressados em aprofundar o entendimento sobre as terras que os rodeavam), importantes civilizações se desenvolveram na região, permitindo o domínio de técnicas posteriormente exportadas para o Novo Mundo.

Tais culturas já tinham na escravidão uma prática consolidada, tendo sido encontrados registros egípcios datados do segundo milênio antes de Cristo detalhando as capturas na região da Núbia. Essa instituição, contudo, torna-se rotineira apenas a partir do contato com os povos islamizados do norte do continente, que desde o século IX empreendiam expedições com tal objetivo ao sul do Saara. Diversas sociedades africanas passaram, assim, a basear-se fortemente em laços escravocratas. Os tuaregues tinham, no início do século XIX (destaca-se, antes da interferência direta europeia), 70% da população constituída por escravos; a região do Sahel, cerca de 50%; e os grandes reinos do continente, nas proximidades da floresta tropical, uma porcentagem de aproximadamente 20%.

Com a chegada dos portugueses, no século XV, a prática se intensifica, dado que a quebra do monopólio do comércio oriental de especiarias força o estabelecimento de empresas coloniais, que passam a exigir o fornecimento de um volume significativo de mão de obra para a sustentação de suas plantations. No caso lusitano, destaca-se o Brasil, com o qual a metrópole começava a estreitar os laços de dominação, vitais à manutenção do Império Português. É válido salientar que, com isso, os europeus também alteraram significativamente o perfil procurado nos escravos, abandonando a preferência por crianças e mulheres e passando a buscar homens jovens, capazes de resistir aos rigores impostos pelo latifúndio monocultor. Não obstante, as estimativas apontam que, para cada cativo desembarcado na América, outro morria na África durante o processo de captura⁴.

Como foi visto, durante a colônia e a maior parte do Império, milhões de africanos foram trazidos como escravos para o Brasil, fazendo com que a europeização das novas terras fosse acompanhada por sua africanização. A historiografia destaca a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira na cultura, arte e religiosidade, além dos aspectos demográficos. Mas os africanos também trouxeram técnicas que impulsionaram a agricultura, a pecuária, a mineração e o combate a enfermidades, pois os conhecimentos portugueses eram inadequados para o desenvolvimento do mundo tropical. A fundição de metais e a produção de utensílios, bem como a intro-

⁴ Ver Linhares, Maria Yedda (org.). 1990. História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 9. ed.

dução de determinados padrões de comportamento político e de organização social também foram contribuições africanas importantes.

O Rei do Benin foi o primeiro soberano a reconhecer a independência do Brasil, em 1823 e, entre 1822 e 1830, houve um forte movimento político do outro lado do Atlântico para que Angola fizesse parte do Brasil, devido aos vínculos econômicos decorrentes do tráfico de escravos e a composição majoritariamente brasileira da elite colonial angolana. Apenas a pressão da diplomacia inglesa impediu que isso acontecesse, permanecendo Angola como colônia portuguesa. Prosseguiu, paralelamente, um fenômeno da época colonial: o retorno de ex-escravos para a África, especialmente para o Golfo da Guiné, onde constituíram uma elite que, aos olhos dos nativos, era ocidentalizada.

A pressão inglesa pelo fim do tráfico era cada vez maior e a promulgação do Bill Aberdeen (1845), lei que permitia apresar qualquer navio que transportasse escravos, gerou o aumento desmedido de um tráfico clandestino. Os proprietários brasileiros, ao buscarem ampliar o estoque de escravos antes que o tráfico se extinguisse definitivamente, foram levados ao endividamento e à descapitalização. O Estado reagiu promulgando a Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, que pôs fim ao tráfico. Porém, isso foi acompanhado da mentalidade de criação de uma sociedade “branca e ocidental”, com a ideologia do “branqueamento” através da imigração de trabalhadores europeus. Afinal, a elite brasileira considerava que o país possuía um regime político europeu, a monarquia, e uma dinastia europeia, os Bragança, devendo diferenciar-se dos vizinhos.

O fim do tráfico coincidiu com o início da expansão colonialista europeia na África, que gerou o retrocesso das relações e o afastamento entre a África e o Brasil. Na primeira metade do século XX, noventa por cento do comércio do Brasil com o continente dava-se exclusivamente com a África do Sul. Após a Segunda Guerra Mundial, a relação com Portugal era importante para os sucessivos governos brasileiros, que barganhavam o apoio eleitoral da comunidade de imigrantes lusitanos (estimulado por Salazar, através das Casas de Portugal), em troca do apoio brasileiro ao colonialismo português nos fóruns da ONU. Além disso, o Brasil evitava apoiar a descolonização, pois Dakar era um ponto estratégico de escala das comunicações aeronavais com a Europa e Portugal era membro da OTAN.

A contraditória reaproximação com a África pós-colonial

Em 1953, Vargas assinou o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, que Kubitschek levou ainda mais longe, com a proposta do estabelecimento de uma Comunidade Luso-Brasileira. Era a época de Gilberto Freire e de seu luso-tropicalismo, que dava a Salazar, o líder do fascismo português, uma base teórica para a manutenção do império colonial na África e fazia do Brasil um paradigma para sua política de assimilação através da ficção jurídica das “Províncias Ultramarinas”. Como compensação, chegou a ser firmado um Convênio do Café (a produção africana concorria com a brasileira), num momento em que se constituía a Comunidade Econômica Europeia (1957) e o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) era reestruturado, instituindo-se um Departamento Comercial.

Além de perdurar o que José Honório Rodrigues (1964) denominou de “velha mentalidade conservadora do Sr. Raul Fernandes” (Chanceler⁵ de 1946 a 1951 e de 1954 a 1955), típica do alinhamento na Guerra Fria, o lançamento da Operação Pan-Americana por JK, em 1958, restringia a política externa brasileira às Américas. As independências africanas, que se iniciaram justamente durante o governo Kubitschek, foram praticamente ignoradas. Em 1960, o ano africano, dezessete países ficaram independentes, com o Brasil adotando uma política meramente protocolar. Foi preciso o desencadeamento da Política Externa Independente, no governo Jânio Quadros, para que a África adquirisse importância para a diplomacia brasileira.

Com a Política Externa Independente, de 1961 a 1964, houve uma primeira aproximação, seguindo-se uma fase de distanciamento durante os dois primeiros governos militares (1964-1969). Do governo Médici até o fim do governo Sarney (1969-1990), houve um salto qualitativo nas relações Brasil-África, com uma intensa cooperação em várias áreas, mas com o advento dos governos neoliberais, de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso (1990-2002), nos marcos da globalização, houve novo distanciamento. Contudo, na virada do século, especialmente a partir do início do governo Luiz Inácio “Lula” da Silva, o continente africano viria, finalmente, a se tornar uma prioridade para o Brasil.

Em 1961, com o lançamento da Política Externa Independente, por Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos, o Brasil lançou uma política africana e tomou posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, especialmente das colônias portuguesas, que iniciavam a luta armada. Tal tomada de posição, que implicou em tensão com Lisboa,

5 Ministro das Relações Exteriores.

não foi isenta de certos retrocessos, devidos à ação do poderoso lobby pró-português. De qualquer forma, o Itamaraty criou uma Divisão da África, foi estabelecida uma linha de navegação e abertas cinco Embaixadas: Senegal (visitado por Afonso Arinos), Costa do Marfim, Nigéria, Etiópia e Gana. Com relação a esse último país, ocorreu um episódio prosaico, quando Quadros designou como Embaixador o escritor negro Raimundo de Souza Dantas. Kwame N’Krumah, o combativo líder de Gana, ironizou: “se o Brasil desejava demonstrar-nos que não era um país racista, deveria ter nomeado um negro para Londres, Washington ou Paris, não para a África”.

A assinatura de diversos Acordos Culturais propiciou o estabelecimento de um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil, que viria a dar origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC). O país também condenou o massacre de Sharpeville, ocorrido na África do Sul, e criticou o Apartheid, buscando manter as relações num nível mais discreto com os sul-africanos, com os quais possuía um bom nível de comércio. Apesar de João Goulart, que assumiu a presidência com a renúncia de Quadros, e de seu chanceler, San Tiago Dantas, manterem e até aprofundarem a Política Externa Independente, houve vacilações e retrocessos na relação com a África, dada a fragilidade do governo e a suspeição ideológica de que padecia.

Na verdade, Quadros e Arinos desejavam aumentar o poder de barganha do Brasil frente aos EUA (aumentando nossa inserção internacional), aproveitar novos nichos de mercado para a crescente produção industrial brasileira, projetar o país na cena internacional e servir de elo do Ocidente com a África, no contexto de recuo do colonialismo. É interessante que também preocupava o governo a “concorrência desleal” dos países africanos no tocante ao acesso privilegiado aos mercados europeus para seus produtos tropicais (café, açúcar e cacau), seja como colônias, seja pelos vínculos privilegiados estabelecidos após a independência.

Da geopolítica da Guerra Fria às relações econômicas

Este primeiro esboço de Cooperação Sul-Sul, todavia, sofreu um revés considerável com o golpe de 1964. Castelo Branco desejava acabar com a politização da Política Externa Independente e deixou de lado o discurso terceiro-mundista. Apesar de enviar uma missão comercial à África ocidental, o novo regime tratou de recompor a relação com Portugal e, em nome da segurança do Atlântico Sul, condenar os movimentos de libertação nacional de influência marxista na África austral. Mais uma vez, graças ao enfoque da geopolítica

da Guerra Fria, o tema da segurança coletiva foi resgatado, tanto no que diz respeito às Américas (proposta de uma Força de Defesa Interamericana) como do Atlântico Sul (proposta da formação da Organização do Tratado do Atlântico Sul – OTAS). Essa última implicava na cooperação com os regimes colonialista de Portugal e racista da África do Sul. O governo Costa e Silva, apesar de condenar a hegemonia das grandes potências e esfriar o discurso sobre os mecanismos multilaterais de defesa, não promoveu iniciativas de aproximação com a África no seu curto governo (1967-1969).

As iniciativas de reaproximação ocorreram no governo Médici, o mais repressivo do regime militar. Em 1970, foram estabelecidas três novas relações diplomáticas e, em 1972, o chanceler Mário Gibson Barboza visitou nove países da África ocidental e oriental, firmando diversos acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica. O Brasil do “milagre econômico”, com sua renda concentrada e indústria em rápida expansão, necessitava mercados e matérias-primas, especialmente petróleo. Por outro lado, a tecnologia intermediária e “tropicalizada” era útil à prestação de serviços e servia de modelo inspirador aos Estados africanos. O Brasil também necessitava da simpatia diplomática dos africanos para legitimar a expansão do Mar Territorial para 200 milhas, ao mesmo tempo em que a ideia da OTAS era enterrada. A “Diplomacia do Interesse Nacional” do governo Médici, contudo, evitou a agenda polêmica da África Austral, onde as guerras de libertação nacional montavam o assalto final contra o decrépito colonialismo português.

A crise do Petróleo, em 1973, e o início do governo Geisel (1974-1979), marcaram o aprofundamento da política africana. Seis novas embaixadas foram abertas na África, e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de viés marxista, em novembro de 1975. A condenação firme dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul marcou, igualmente, a diplomacia do “Pragmatismo Responsável” de Geisel e do chanceler Azeredo da Silveira, marcada por um forte discurso terceiro-mundista. Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens de consumo, alimentos, automóveis e a construção de infraestruturas, importava crescentes quantidades de petróleo. A Braspetro, subsidiária da Petrobrás, iniciou atividades de prospecção na África, a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e as construtoras Mendes Jr. e Odebrecht construíam rodovias, pontes, portos e barragens hidroelétricas.

As relações com Angola, Gabão, Nigéria e Argélia eram as mais intensas, enquanto o Brasil recebia muitas centenas de estudantes africanos para cursar universidade no Brasil, na base do PEC, e dezenas de estagiários em suas empresas, particularmente estatais. A diplomacia do “Universalismo”, do

presidente Figueiredo (1979-1985) e do chanceler Saraiva Guerreiro, manteve e expandiu a cooperação Brasil-África. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a África: Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Argélia. Com o fim do regime racista na Rodésia, em 1980, o Brasil aproximou-se do novo Zimbábwe e continuou a criticar duramente o racismo e as agressões sul-africanas aos países recém libertados. Além do crescimento contínuo do comércio, os programas de cooperação foram intensificados nas mais diversas áreas, enquanto as representações diplomáticas africanas aumentavam rapidamente em Brasília.

O governo Sarney, apesar das crescentes dificuldades da economia e das adversidades emanadas do sistema internacional, manteve um alto perfil na relação Brasil-África. Ele visitou Cabo Verde e, posteriormente, Angola e Moçambique, que atravessavam momentos difíceis face às investidas sul-africanas e à guerra civil. Em 1986, em plena Era Reagan e no contexto de militarização do Atlântico Sul (pós-Malvinas), logrou que a ONU aprovasse o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Nesse contexto, em 1988, promoveu a I Conferência do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, com a participação de 19 países africanos. A emancipação da Namíbia, a crítica ao Apartheid e o apoio à paz em Angola (via retirada das forças sul-africanas e cubanas) eram pontos importantes dessa política, ao lado da busca do desenvolvimento.

Todavia, as dificuldades eram crescentes. O impacto da crise da dívida era forte no Brasil e fortíssimo na África, devastada pelos planos de ajuste do FMI e pelos conflitos da Guerra Fria. Assim, o primeiro governo pós-militar buscou uma inflexão em direção aos países de língua portuguesa, na esteira do espaço deixado por Portugal, que ingressara na Comunidade Europeia. Em 1989, foi realizada a I Cúpula dos Países Lusófonos, em São Luís do Maranhão, com a presença do Brasil, de Portugal e dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPS), tendo sido criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a ser sediado em Cabo Verde.

A era dos ajustes econômicos transatlânticos

A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de distanciamento em relação à África. A visão estratégica contida no Consenso de Washington, que orientava a nova elite brasileira, enfatizava as relações verticais Norte-Sul, em lugar das relações horizontais Sul-Sul. No contexto do

fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão primeiro-mundista e neoliberal da globalização. O declínio comercial que se seguiu era fruto dos planos de ajuste dos dois lados do Oceano, da retirada do Estado do financiamento das exportações e de muitos ramos da economia e da necessidade de comprar petróleo da Argentina, como forma de equilibrar as relações comerciais dentro do Mercosul.

De qualquer maneira, a transição à democracia na África do Sul e a independência da Namíbia, que recebeu ajuda brasileira para estruturar sua marinha de guerra, levaram o presidente a visitar a região em 1991. Enquanto isso, o número de diplomatas brasileiros na África diminuía constantemente: em 1973 era de 25, atingindo 34 em 1989 e caindo para 24 em 1996, já na gestão FHC. Pior do que isso, o status da África na estrutura do Itamaraty, junto com o do Oriente Médio, foi reduzido em termos político-administrativos. Tudo com base numa visão de custo-benefício de curto prazo, em detrimento de políticas estratégicas empreendidas pelos governos anteriores.

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), com Fernando Henrique Cardoso e, depois, Celso Amorim como chanceleres, voltou a haver certa visão articulada quanto à política africana. Foram selecionados alguns países-chave como prioritários e neles concentrados os limitados esforços. A nova África do Sul, Angola e Nigéria eram os principais focos da política externa brasileira, que buscava atingir os vizinhos através deles. Em 1993, Itamar Franco reativou a Zopacas e, no ano seguinte, realizou o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa em Brasília. Mais importante, contudo, foi o apoio bilateral e multilateral (via ONU) ao processo de paz e reconstrução em alguns países do continente, especialmente em Angola.

No governo FHC (1995-2002), o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e uma certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula. A partir de 1995, o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, FHC visitou Angola e África do Sul, firmando acordos em várias áreas e, em 1998, o presidente Mandela visitou o Brasil. A nova África do Sul emergia como parceira importante para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um Acordo Quadro com o Mercosul.

No mesmo sentido, a cooperação no campo das políticas públicas cresceu, especialmente quando o Brasil iniciou sua luta por quebrar os direitos de patente dos medicamentos para a AIDS, epidemia que assola a África austral. Quando o presidente, no contexto da crise do Real, começou a criticar

a “globalização assimétrica”, passou também a haver uma maior convergência na diplomacia mundial e seus foros multilaterais, especialmente econômicos.

Mas vale a pena, ainda, mencionar que, desde o fim dos anos 1980, tem crescido na África a penetração da televisão brasileira (especialmente as telenovelas), das igrejas evangélicas⁶ e, mesmo, o estabelecimento de redes de contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro (num fluxo de duplo sentido). Aspectos culturais e de segurança, assim, se tornam agendas comuns no relacionamento entre as duas margens do Atlântico Sul. O Brasil também tem recebido refugiados e imigrantes do continente africano.

A era da cooperação multidimensional

A presidência Lula, iniciada em 2003, abriu um novo capítulo nas relações Brasil-África, combinando uma nova visão sobre a ordem internacional com a transformação social interna. Já em seu discurso de posse, o presidente nomeou a África do Sul entre os grandes em desenvolvimento (China, Índia e Rússia) e destacou que o continente africano seria um vetor fundamental da política externa, que foi autodefinida como afirmativa e propositiva. Ao mesmo tempo em que o combate à pobreza adotava programas efetivos como o Fome Zero, as “políticas afirmativas” buscavam integrar os afrodescendentes aos avanços da sociedade brasileira. Nesse panorama, uma das iniciativas, já de março de 2003, foi o fomento do ingresso do grupo nos quadros diplomáticos, através de bolsas para a preparação do concurso do Instituto Rio Branco.

Três meses depois era lançado o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G-3), uma iniciativa sul-africana de cooperação Sul-Sul. Em seu primeiro mandato, o presidente Lula realizou quatro viagens à África: em novembro de 2003, visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul; em julho de 2004, São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde; em abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Bissau e Senegal; e, em fevereiro de 2006, Argélia, Benin, Botswana e África do Sul. Dez novas embaixadas foram implantadas e o número de diplomatas no continente africano foi grandemente ampliado. Além de manter o apoio concreto aos processos de pacificação e reconstrução, perdoou a dívida de vários países para com o Brasil, concedeu créditos e assistência em várias áreas.

6 Somente na África do Sul já existem mais de 300 templos da Igreja Universal do Reino de Deus, onde pastores brasileiros conseguem até contar anedotas em zulu, mas o fenômeno é ainda mais intenso nos países de língua portuguesa.

No campo educacional, o Programa PEC foi ampliado e estendido à área de pós-graduação, com bolsas brasileiras, e fomentada a cooperação no campo da pesquisa científica e intercâmbio de professores. Cursos estão sendo realizados na África e inúmeros seminários para conhecimento recíproco foram realizados nos dois lados do Atlântico. Dentre eles, cabe destacar a Conferência Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, realizado em Salvador, Bahia, em julho de 2006. Assim, a África tornou-se o mais importante laboratório da cooperação Sul-Sul, em meio ao incremento do comércio bilateral.

Enquanto a oposição acusava o governo de “desperdiçar dinheiro com um continente sem futuro”, as empresas brasileiras ganhavam espaço, consolidando sua presença, sobretudo a Petrobras. Se a penetração chinesa e, mais recentemente, indiana visava a objetivos econômicos, ainda que contribuindo para a construção de obras de infraestrutura, e a recente presença norte-americana se preocupou com questões geopolíticas e de segurança, a cooperação com o Brasil, ao lado de inegáveis interesses materiais, trouxe elementos novos.

Trata-se do combate à pobreza e às epidemias (especialmente do HIV-AIDS), a introdução e geração de tecnologias adaptadas aos problemas do Terceiro Mundo e a aliança ativa nos fóruns multilaterais em defesa de interesses comuns na busca do desenvolvimento e da construção de um sistema mundial multipolar e pacífico. O G-3 e o G-20 são dois exemplos que contribuíram para o fortalecimento da posição dos países africanos nas negociações da OMC. Coroando essa política, foi realizado, em Abuja, Nigéria, a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em novembro de 2006, propiciando às duas regiões uma projeção internacional inédita, que muito contribuiu para o Renascimento Africano. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se movimentos de consciência negra, foram realizados seminários, criadas legislações contra a discriminação racial e centros de pesquisa especializados em países africanos.

Quanto disso tudo é discurso político e interesse econômico ou uma associação entre duas periferias na busca do desenvolvimento socioeconômico só o tempo dirá. Os governos africanos, por seu lado, precisam superar a mentalidade assistencialista e vitimizada dependente da ajuda, criada na época da Guerra Fria e agravada na “década perdida”, e intensificar seus processos de integração, sob o impacto desafiante da globalização. Superar a herança colonial do “dividir para reinar”, contida na configuração de pequenos e inviáveis Estados, é uma necessidade urgente. Ao mesmo tempo, necessitam aprofundar seus vínculos de cooperação externa numa perspectiva autonomista, revertendo a marginalização do continente.

O desenvolvimento do capitalismo na África, por sua vez, produz novas contradições, que se expressam na emergência de formas modernas de desigualdade social, mas elas gerarão, inevitavelmente, novas agendas e atores políticos futuramente. Por outro lado, esse mesmo desenvolvimento econômico deverá gerar a infraestrutura e a modernidade necessária para que a África obtenha uma libertação mais efetiva que a contida nos discursos políticos de outras épocas. É interessante observar, a título de exemplo, que a urbanização sul-africana, que promove o convívio não somente de culturas e etnias nacionais, mas de milhares de trabalhadores de outras nações africanas, está gerando uma nova cultura. Os jovens negros urbanos estão transformando o inglês, enriquecendo-o com novos termos e estruturas, ao mesmo tempo em que o empregam como língua comum.

O Brasil, por outro lado, é um país mestiço, não uma “democracia racial” (falso conceito conservador) nem uma nação multicultural (conceito pós-moderno europeu/norte-americano). Mestiçagem não significa branqueamento, mas mistura, algo que tem a ver com uma cultura que ignora certas diferenças e sente tremenda atração por outras. Estamos construindo uma cultura própria, onde o elemento africano tem uma contribuição decisiva e que necessita ser reconhecida, e as desigualdades sociais, que penalizam especialmente os negros, têm de ser eliminadas. E, mesmo em meio a tantas injustiças, temos uma enorme tolerância, que poderia ser um modelo para um mundo de intolerância.

Muito além do aspecto comercial, o Brasil pode ser um parceiro importante para o continente africano, desde que consiga superar certos entraves políticos, sociais e econômicos internos. A África, por sua vez, também é interessante ao Brasil, não apenas em termos econômicos, mas também político-culturais. Mesmo sendo uma nação em desenvolvimento do Terceiro Mundo, sempre existe a tentação primeiro-mundista das elites brasileiras. Além de receber estudantes africanos, o Brasil deveria enviar estudantes e turistas para a África, o que contribuiria para o aperfeiçoamento de nossa identidade. Por fim, a tensão entre uma cooperação transoceânica voltada para o Atlântico Norte (decorrente da história do capitalismo) e outra voltada para o Atlântico Sul (baseada na integração sul-americana, na associação com a África e na cooperação Sul-Sul) representa uma contradição fundamental. Nesse contexto, as relações Brasil-África são decisivas para sua superação.

Após décadas de estagnação, a economia africana começa a dar sinais de melhora considerável. Na última década, o continente tem vivenciado não apenas a aceleração constante do crescimento econômico, mas também

tem acompanhado as novas oportunidades de comércio e investimentos. Os Estados africanos têm se empenhado na promoção do desenvolvimento econômico sustentado por ações políticas próprias: a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental (ECOWAS) e a Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (NEPAD) são sinais claros da vontade de superar problemas históricos. E mais, as metas são definidas pelos próprios africanos, que assumem todas as dificuldades inerentes a projetos desse porte.

Nessa perspectiva cabe observar o potencial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Poucos países receberam no Itamaraty tratamento tão diferenciado como os integrantes da CPLP, que reúne uma população de 22 milhões de pessoas, além do Brasil, em quatro dos cinco continentes. Portugal, Timor Leste, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola buscam na cooperação brasileira atingir as áreas de segurança, negócios, saúde e educação. Já no primeiro ano do governo Lula, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola receberam a visita do Presidente brasileiro⁷.

Nesse contexto, o Brasil desenvolveu com os países da CPLP fortes programas de cooperação bilateral. Entre os mais significativos, estão a abertura de centros de ensino técnico brasileiros no Timor e em Angola e a disposição de urnas eletrônicas para o pleito de Guiné-Bissau, que acabou adiado por conta do golpe militar ocorrido no país. E ainda, foi acordado com Moçambique a instalação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais, trazendo grande entusiasmo aos integrantes da Comunidade.

Importante ressaltar que o Brasil, na presidência da CPLP, desempenhou papel central nas gestões diplomáticas que contribuíram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Foi estabelecida uma cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar o país a desenvolver seu sistema de regulação e licitação da exploração do seu petróleo. As relações com Angola, parceiro tradicional em diversas áreas, foi ampliada. Com Moçambique, estreitaram-se laços comerciais e estabeleceu-se uma cooperação no setor agropecuário, entre outras áreas. Com todos os países da Comunidade, tratou-se de cooperação em programas na área de desenvolvimento agrário, do combate à AIDS e da luta contra a pobreza. Na passagem

⁷ Na ocasião, foram discutidas as possibilidades de investimentos em diversas áreas da indústria e do comércio. Com o presidente Lula viajou uma comitiva de 128 empresários interessados na expansão de exportações. Foram negociadas fábricas de cimento e de remédio, construção de ferrovias, exploração de carvão, exportação de aparelhos celulares, montagem de ônibus e venda de máquinas de coletar lixo, entre outros. A estimativa do intercâmbio era a de mais de US\$ 1 bilhão.

pela sede da CPLP, em Lisboa, o Presidente Lula destacou a responsabilidade especial da Comunidade em reverter a situação de miséria de alguns povos e a necessidade de mobilizar a Comunidade Internacional.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) também apresenta enorme potencial para a diplomacia brasileira na construção de acordos de âmbito multilateral, capazes de reunir grupos de nações com interesses convergentes e que possam apoiar-se mutuamente e favorecer objetivos em comum nos fóruns globais. Tanto a CPLP quanto a Zopacas podem servir como espaço de intersecção entre vários processos de integração econômica na região do Atlântico Sul, favorecendo o intercâmbio entre Mercosul, SADC e ECOWAS. O governo brasileiro tem favorecido significativamente um crescente número de empresas brasileiras, principalmente as exportadoras de serviços, que tem se dirigido ao continente africano para a realização de projetos. Como exemplo, cabe destacar o fato da Companhia do Vale do Rio Doce ter sido a vencedora da concorrência para a exploração do complexo carbonífero de Moatize, ao norte de Moçambique, estreitando as relações com o Brasil.

A aproximação com o continente africano tem se mostrado como um desdobramento importante da política externa brasileira. Em uma avaliação superficial, a estratégia atrai críticas, na medida em que pode parecer paradoxal um país em desenvolvimento como o Brasil fomentar seus esforços diplomáticos em parceiros pobres, com pouca influência no contexto geopolítico global e, em seu conjunto, peso ainda baixo na balança comercial brasileira. No entanto, é preciso avaliar os movimentos de internacionalização e de algumas tendências políticas e econômicas aceleradas pelo aprofundamento da globalização.

O Brasil começa a tornar-se um exportador de capital e tecnologia, além de um tradicional (e agora competitivo) exportador de produtos primários, serviços e manufaturas. O fenômeno que ocorre no Brasil é também observado em outras economias em desenvolvimento, a exemplo da Índia, da África do Sul e da China. A África é um dos territórios adequados aos investimentos das empresas brasileiras, ainda que o continente seja marcado por alguns regimes instáveis, conflitos armados e outras formas de violência, problemas sanitários significativos e imensa pobreza. Ao mesmo tempo é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração e palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas, cada vez mais escassas e demandadas.

Iniciado o segundo mandato, Lula fez sua sétima viagem ao continente, visitando Burkina Faso, República do Congo, África do Sul e Angola⁸. A agenda, além de incluir a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais, previu a participação na 2ª Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A viagem à Burkina Faso, que retribuiu a visita ao Brasil do Presidente Blaise Compaoré, em 2003, resultou em acordo de cooperação técnica na área educacional e protocolo de cooperação em saúde em áreas como medicina tradicional e bancos de leite. Na República do Congo, em retribuição à visita do Presidente Denis Sassou Nguesso ao Brasil em 2005, os países assinaram acordos para a área da saúde, acertaram sobre o combate à malária e ao HIV/AIDS. Concluído este roteiro, o presidente brasileiro já passara por 19 dos 53 países africanos, alguns deles mais de uma vez.⁹

Ainda assim, o maior investimento se deu em termos diplomáticos. Em 2007, ao participar, na África do Sul, da 2ª Cúpula do IBAS (a 1ª Cúpula foi realizada em Brasília, em setembro de 2006), a diplomacia brasileira intensificou a cooperação e articulação política trilateral¹⁰. A reforma do Conselho de Segurança da ONU e a Rodada Doha foram alguns dos temas em pauta. A rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio é prioritária para os três países, uma vez que os mesmos integram o G-20 e, juntos, lutam pela abertura do mercado agrícola dos países desenvolvidos para a produção das nações em desenvolvimento.

De qualquer forma, a constituição do IBAS já terá desempenhado um papel importante em chamar a atenção do Norte para a intenção dos países do Sul de terem sua voz ouvida sobre os grandes temas globais e terá, em alguma medida, influenciado o G-8 a convidá-los para seus debates internos.

8 Acompanhado de empresários dos setores de energia, construção, indústria aeronáutica e finanças. Nessa ocasião, também esteve prevista a assinatura de acordo em matéria de biocombustíveis com a organização sub-regional União Econômica e Monetária do Oeste da África, além de um acordo relacionado a cotonicultura, durante a passagem por Burkina Faso. Na República do Congo foi acordada cooperação relativa ao cultivo de dendê e para a modernização do setor sucro-alcooleiro.

9 Desde o início do governo Lula as exportações brasileiras mais do que triplicaram – em 2003, o Brasil exportou US\$ 3,06 bilhões, em 2006 foram US\$ 7,86 bilhões. Em 2007, os dados até setembro mostraram um crescimento de 15% em relação ao ano anterior.

10 Brasil, Índia e África do Sul também estabeleceram metas ambiciosas para o incremento do comércio trilateral. Em julho de 2007, durante a quarta reunião da Comissão Mista trilateral, em Nova Delhi, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, propôs a cifra de US\$ 15 bilhões até 2010. Ainda em 2007, Brasil, Índia e África do Sul pretendiam alcançar US\$ 10 bilhões em trocas comerciais. Na ocasião, Celso Amorim também defendeu a intensificação dos trabalhos para a criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul, Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU), grupo que reúne África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e Suazilândia.

O IBAS, nesse sentido, está realizando um papel de projetar seus membros no cenário internacional, alertando a comunidade internacional que os países estão dispostos e aptos a quebrar o invólucro de seus contextos regionais e colaborar decisivamente para os progressos de uma ordem multipolar. Por fim, o Fórum abriu um valioso espaço político para a atuação internacional da África do Sul e do Brasil.

As possibilidades de intercâmbio comercial foram, também, um dos principais assuntos da reunião bilateral do Presidente Lula com o presidente sul-africano Thabo Mbeki. Na esfera política os dois governos assinaram instrumentos na área social, energética, educacional, cultural, de saúde e de administração tributária. Na África do Sul, o presidente brasileiro ainda participou de um Conselho Empresarial, Seminário Acadêmico, Fórum Parlamentar e Fórum de Mulheres. O término dessa viagem ocorreu em Angola, onde Lula, juntamente com o presidente angolano José Eduardo dos Santos assinaram acordos nas áreas de prevenção da malária, formação e ensino. Em Luanda, o presidente brasileiro foi homenageado em sessão solene da Assembleia Nacional e abriu um encontro de negócios com representantes de mais de 30 empresas brasileiras instaladas em Angola.

Angola, o segundo maior produtor africano de petróleo, foi palco de uma intensa discussão em torno do que o Presidente Lula definiu como “revolução dos biocombustíveis”. Segundo Lula, os dois países – Angola como uma potência petrolífera e o Brasil como autossuficiente na produção de petróleo – poderiam juntos participar da próxima revolução energética, a dos biocombustíveis. A “revolução energética brasileira”, como anunciada pelo presidente Lula, tem no potencial brasileiro para a produção de etanol uma saída à substituição de energia não-renovável por energia limpa. É visível o espaço que vem sendo dado ao tema pelo governo brasileiro, o qual vem se aproximando de outros países, para o desenvolvimento e aprimoramento desta via energética.

Em novembro de 2007, o Brasil e a China anunciaram que iriam distribuir gratuitamente para todo o continente africano imagens do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). O anúncio, feito pela delegação brasileira na Cidade do Cabo, durante a quarta reunião do Grupo de Observação da Terra (GEO), tinha como objetivo contribuir para aumentar a capacidade de governos e organizações na África na utilização de imagens de satélite para monitorar desastres naturais, desmatamento, seca e desertificação, ameaças à produção agrícola e à segurança alimentar e riscos à saúde pública. Além de prover imagens de alta qualidade, o Brasil também se comprometeu com o fornecimento de software de processamento de imagens e

outras ferramentas de interpretação, assim como o treinamento de usuários africanos interessados. O pleno funcionamento do sistema de distribuição de dados CBERS para a África está previsto para este ano.

As relações entre o Brasil e a África, no segundo governo Lula, tenderam a um aprofundamento. Em dezembro de 2007, o Brasil foi escolhido pela Comissão de Construção da Paz (CCP) das Nações Unidas para coordenar os trabalhos do órgão sobre a Guiné-Bissau. A escolha se seguiu a indicações da própria Guiné-Bissau. Na coordenação dos trabalhos da CCP para a Guiné-Bissau o Brasil intensificará sua contribuição para o país, que já está evidenciada por meio da cooperação bilateral, bem como através da CPLP e do Fundo IBAS. Em março de 2008, diante das severas enchentes e inundações que têm afetado Moçambique e Zâmbia, o Brasil deu continuidade a iniciativas de ajuda humanitária às nações africanas, doando 3 toneladas de medicamentos básicos e emergenciais para cada um dos dois países. Guiné-Bissau e Angola, também afetados pelas enchentes, receberam ajuda brasileira.

Apesar de não ser possível determinar com precisão quais sejam os impactos causados por essa conjuntura favorável à aproximação entre o Brasil e o continente africano, é fato que a África possui uma posição privilegiada na estratégia de inserção internacional desenvolvida pela política externa do governo Lula. O Brasil parece desejar ser um ator responsável e ativo no sistema internacional e, historicamente, o Itamaraty tem sido a Instituição que, por excelência, pensa o interesse nacional em longo prazo. Conferir maior peso a regiões ainda pouco exploradas e a países em desenvolvimento, sem negligenciar as relações já estabelecidas com parceiros mais tradicionais, não apenas vem ao encontro de uma definição mais ampla de interesses nacionais e da inserção do Brasil na economia mundial, mas também contribui para conferir legitimidade a diplomacia brasileira.

Se durante o governo Dilma Rousseff é possível observar um certo “recoo” na intensidade das relações com o continente, é importante observar que a importância da África para a política brasileira pode ser demonstrada também em números. De acordo com o Relatório do Banco Mundial/Ipea (2012), em 2009, 50% dos projetos brasileiros financiados pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação) eram destinados ao continente africano. Em 2011, a quantia aumentou para quase 60%, contabilizando mais de US\$ 22 bilhões. Ainda que atraia críticas quanto à validade de envolver-se com países mais pobres com limitada participação na balança comercial brasileira, a África aparece como um ótimo destino para as exportações e investimentos brasileiros, além de servir como rota de passagem para o Oceano Índico. Ainda, conforme

o Relatório do Banco Mundial/Ipea ressalta, o conhecimento brasileiro em medicina e agricultura tropical constitui uma oportunidade ímpar para os países africanos de importar soluções efetivas para o desenvolvimento nestas duas áreas. Além disso, destaca-se a importação dos serviços brasileiros de proteção social. A situação de desigualdade social similar nas duas margens do Atlântico, e o aparente sucesso dos programas sociais como o Fome Zero, levou a implementação de adaptações destes sistemas de assistência social em países como Angola, Quênia e Senegal, iniciadas em 2003. Apesar de ser ainda cedo para se fazer um balanço dos resultados obtidos até então, as iniciativas demonstram a participação brasileira em longo prazo no continente.

Os interesses similares entre as duas margens, a busca por soluções conjuntas para problemas comuns, a importância de salvaguardar a paz de maneira a fortalecer o desenvolvimento regional e a integração, e o crescente fluxo comercial com as nações sul africanas compreendem as maiores premissas da política africana do Brasil.

Conclusão

É importante ressaltar que, para o Brasil, a África não é apenas uma conexão para a Ásia. O Atlântico Sul tem servido como palco para descobertas de uma variedade de recursos naturais como o pré-sal brasileiro, mas, também, como as novas jazidas de petróleo no litoral angolano, nas quais o Brasil já está investindo e cooperando em termos de fornecimento de recursos técnicos para a exploração. A afirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança nos oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços por potências extrarregionais se fazem, assim, urgentes. É importante considerar, ainda, a necessidade norte-americana de controlar jazidas de petróleo mais seguras e menos custosas do que as venezuelanas e do Oriente Médio, além da próxima relação militar desse país com a África do Sul – país que poderia ser utilizado para inserção no continente africano, logo, na região do Atlântico Sul.

Apesar das críticas, o desenvolvimento das capacidades militares pelos países da região é imprescindível, ao mesmo tempo em que deve ser reforçada a ênfase na Zopacas, especialmente face às tentativas de militarização da região, demonstrada pela situação das Malvinas (Grã-Bretanha), pela recriação da IV Frota (Estados Unidos) e pelo Africom (comando norte-americano para a África), além da inserção norte-americana no continente sul-americano, através de bases no território colombiano.

O grande potencial para transformar o Atlântico Sul em uma comunidade de segurança e de fornecimento de energia como opção ao sistema euro-norte-americano do Atlântico Norte, é percebido pela política externa brasileira. O Brasil busca liderança na consolidação deste projeto, algo que parece estar sendo obtido através da política assertiva de projeção internacional do país. Neste sentido, a África do Sul possui uma posição central entre os oceanos Atlântico e Índico, o que, junto com sua forte economia, faz com que seja quase impossível para qualquer país não contabilizar o país quando buscar se engajar no continente (Kornegay 2011).

É interessante ressaltar que a resolução dos conflitos regionais na África (a exemplo de Angola e África do Sul) impulsionou uma “virada africana”, podendo o Brasil atuar na aproximação com e entre esses dois países. A expansão dessa relação é importante para aumentar as opções dentro da SADC, o que pode gerar um plano conjunto de segurança marítima que aproximará a região com o Brasil, logo, fortalecendo o IBAS. Enquanto o Atlântico Sul não possui uma organização institucionalizada, como é o caso do IOR-ARC (Organização do Oceano Índico), as relações internacionais nesta região devem conduzir a uma arquitetura de segurança marítima transatlântica (Kornegay 2011). Neste sentido deve-se levar em conta a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, liderada pelo Brasil.

O discurso e a prática diplomática durante o governo Lula convergiram para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul. O governo Dilma Rousseff manteve o interesse nas relações com o continente, mas redefiniu esse eixo em termos de prioridade. Todavia, o continente africano representou uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos durante os anos 2000. A aproximação com o continente africano não visa à obtenção de resultados em curto prazo, ainda que, em termos econômicos a África represente um mercado importante.

Nesse sentido, hoje, apesar de fragilizada pelos eventos da crise política no país, a política africana do Brasil se apresenta dinâmica no plano diplomático, assumindo relevância especial quando são consideradas as ações brasileiras no continente africano. Entretanto, a dinâmica política, econômica e sociocultural de ambas as regiões, em distintos momentos históricos, travou ou impulsionou essa relação. Em diferentes períodos, as ações brasileiras resultaram de uma leitura equivocada das prioridades da política externa brasileira. Essas ações, que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais,

bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral. Assim, cabe acompanhar a trajetória das relações entre o Brasil e a África.

REFERÊNCIAS

- Costa vaz, Alcides; Flemes, Daniel. 2011. Security Policies of India, Brazil and South Africa. Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda. GIGA Working Paper n. 160. Hamburgo: Instituto Alemão de Estudos Globais e de Área
- CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). 2014. 18 anos CPLP: Os desafios do futuro. Díli, Timor-Leste: CPLP
- Jaguaribe, Hélio. 1985. Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção debates, v.3.
- Kornegay, Francis. 2009. The Geopolitics of IBSA: the South African Dimension. In: Anais da III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí: IBAS. Brasília: Funag
- _____. 2011. South Africa, the Indian Ocean and the IBSA-BRICS Equation: reflections on geopolitical and strategic dimension. Nova Déli: ORF Occasional Paper
- Linhares, Maria Yedda (org.). 1990. História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 9th ed.
- Relatório Ponte sobre o Atlântico. 2012. Brasil e África Subsaariana: Parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília: Banco Mundial/Ipea
- Rodrigues. José Honório. 1964. Brasil e África: Outro Horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (2 vol.)
- Silva, Alberto da Costa e. 2012. Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Visentini, Paulo Fagundes; Teixeira, Luiz Dario; Pereira, Analúcia Danilevicz. 2014. História da África e dos Africanos. Petrópolis: Vozes (3. ed.)
- Visentini, Paulo Fagundes. 2016 A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios? Rio de Janeiro: Alta Books

RESUMO

As relações do Brasil com o continente africano, após um longo período de afastamento, ganharam um novo impulso a partir dos anos 2000. Os laços históricos, a consolidação de uma política africana brasileira e as importantes mudanças no continente africano estão presentes na visão brasileira sobre a necessidade de aproximação e cooperação. O discurso e a prática diplomática brasileira convergem para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul. Nessa perspectiva, o continente africano representa uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos dos últimos governos. E ainda, a construção de um espaço estratégico que ligue o Brasil à costa africana, transforma o Oceano Atlântico em uma área a ser preservada para a cooperação por ambos os lados. Nesse sentido, este estudo busca avaliar a interação entre o Brasil e o continente africano, especialmente com África lusófona, e analisar as relações Brasil-África nos marcos da Cooperação Sul-Sul.

PALAVRAS-CHAVE

Cooperação Sul-Sul; Relações Brasil-África; Política Externa.

Recebido em 24 de agosto de 2020

Aceito em 7 de setembro de 2020